



Agenda pós-Previdência tem reforma tributária

Próximos projetos a serem discutidos foram tema de encontro entre Davi Alcolumbre, Rodrigo Maia, Fernando Bezerra e Paulo Guedes. Reforma administrativa e regra de ouro para operações de crédito também entrarão na pauta

Os presidentes do Senado e da Câmara, o líder do governo no Senado e o ministro da Economia se reuniram ontem para discutir as prioridades da pauta legislativa depois da possível aprovação da reforma da Previdência, que tem votação em segundo turno prevista para terça-feira. As reformas tributária e administrativa es-

tão entre os primeiros itens da lista, assim como a regra de ouro para operações de crédito. De acordo com Fernando Bezerra Coelho, um novo encontro está previsto para segunda-feira, quando devem ser conhecidos detalhes sobre as proposições. Rodrigo Maia disse que os textos chegarão ao Congresso nas próximas semanas. **3**



Leopoldo Silva/Agência Senado

Pauta que será analisada após a votação da reforma previdenciária será decidida em reunião na segunda-feira

União pode ser responsabilizada por óleo no mar, aponta debate

Para o Ministério Público Federal, organizações da sociedade civil e especialistas em direito marítimo que participaram de audiência na Comissão de Meio Ambiente, o governo federal pode ser responsabilizado pelo óleo que contamina o mar e as praias do Nordeste.

Apesar de as circunstâncias do vazamento ainda não estarem esclarecidas, debatedores consideram que a União está se omitindo de adotar providências para minorar os danos ambientais. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Fabiano Contarato (C) criticou o governo por não fornecer informações

Debatedores pedem mudanças na reforma

Participantes de debate na Comissão de Constituição e Justiça disseram que a reforma da Previdência traz grandes prejuízos aos trabalhadores. Para eles, é preciso sanar as injustiças na votação em segundo turno ou na PEC Paralela. **3**

Executivo envia projetos alterando Orçamento de 2019

O Executivo enviou ao Congresso 18 projetos com alterações no Orçamento deste ano. Entre eles, está o que abre crédito de R\$ 34,62 bilhões para o Ministério de Minas e Energia compensar a Petrobras por cessão onerosa. **3**

Vídeo sob demanda precisa de normas, aponta audiência

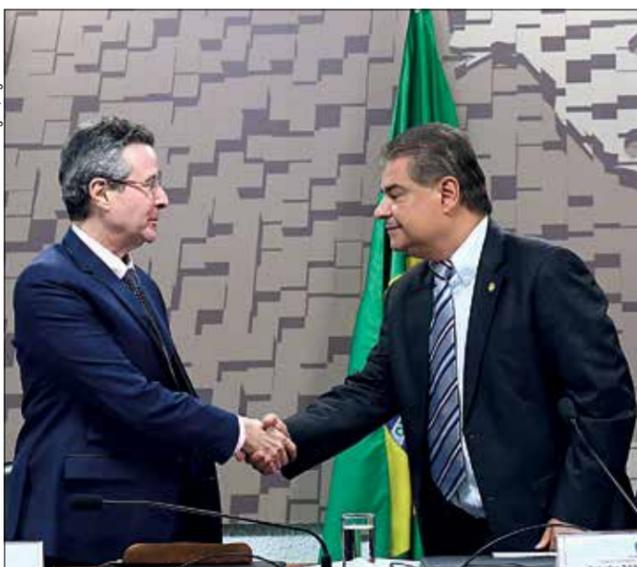
Proteger o consumidor, igualar a concorrência e aumentar o investimento. Essas são algumas consequências da regulação da comunicação sob demanda, de acordo com debate ontem na Comissão de Assuntos Econômicos. **2**

Amazônia será tema de debate em comissão **4**

Comitiva vai acompanhar pleito na Argentina **4**

Fuga de capitais para Bahamas é criticada

Gerardo Magela/Agência Senado



A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem a indicação de Carlos Gabaglia para embaixador nas Bahamas. Em sabatina, Gabaglia afirmou que pretende colaborar com investigações sobre fuga de capitais conduzidas pelo Banco Central. Segundo ele, brasileiros mantêm US\$ 40 bilhões no país caribenho. **4**

Embaixador Carlos Gabaglia e Nelsinho Trad, presidente da Comissão de Relações Exteriores

Regular vídeo sob demanda é urgente, aponta debate

Especialistas consideram que normatizar o setor vai proporcionar proteção ao consumidor, igualdade na concorrência, segurança jurídica para as plataformas, mais investimentos e oportunidades para empresas

A REGULÇÃO DA comunicação audiovisual sob demanda (*video on demand* ou VoD) é benéfica para o setor, segundo debatedores ouvidos pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A audiência de ontem foi a segunda com o objetivo de instruir o PLS 57/2018, apresentado pelo senador Humberto Costa (PT-PE) e relatado por Izalci Lucas (PSDB-DF). A proposta disciplina a distribuição de conteúdos fornecidos por banda larga diretamente a televisões, celulares e outros aparelhos por empresas como Netflix, Hulu e Prime Video.

Coordenadora da organização Intervezes, Marina Pita disse que o projeto é importante e urgente e deve estar em consonância com a Lei 12.485, de 2011, que já rege a produção de conteúdo audiovisual por assinatura.

Diretor da Associação Paulis-

ta de Cineastas (Apaci), André Klotzel observou que o audiovisual é um bem de consumo, só que imaterial, mas sem taxação como os demais no país.

— O estabelecimento de cotas não é uma invenção, não é um gesto autoritário nem cerceador. Pelo contrário: é uma compensação. E 4% de contribuição, que, pelo projeto, vai se converter em incentivo à produção brasileira, é algo irrisório — pontuou.

O diretor-presidente da Box Brazil, Cícero Aragon, observou a importância da proteção do consumidor e da promoção do serviço. Ele sugeriu que a medida deva ser implementada por meio de incentivos, e não por imposição.

O presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual (Sicav), Leonardo Edde, disse que regulações são benéficas para qualquer indústria. Para ele, o projeto atende a todos

os segmentos envolvidos na escala de produção audiovisual, inclusive os independentes.

Para o presidente-executivo da Brasil Audiovisual Independente (Bravi), Mauro Garcia, o texto defende os *stakeholders* — telespectadores, acionistas e funcionários — da cadeia produtiva. Garcia observou, no entanto, que fatores como distribuição, garantia de acesso, circulação dos conteúdos audiovisuais e medidas de fomento são o que possibilita uma regulação equilibrada.

— E que se garanta também a propriedade intelectual, a fim de garantir o direito patrimonial.

Segundo o consultor em audiovisual Manoel Rangel, a construção de marcos regulatórios para os serviços de VoD foi exitosa e contribuiu para o crescimento do setor em nível mundial. Ele ponderou que o mercado brasileiro nessa área pode perder força, se o país não seguir o mesmo caminho.

Humberto Costa explicou que a preocupação do projeto é criar condições para alavancar um setor em que o Brasil tem demonstrado competência, num momento de “guerra cultural”.

— Hoje a cultura está sob fogo cerrado, exatamente por seu caráter libertário e de contribuição para a formação do pensamento crítico.

Comissão lança cartilha sobre reforma no serviço público

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) lançou ontem durante audiência pública a cartilha *Reforma Administrativa do Governo Federal — contornos, mitos e alternativas*. Organizado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o

texto vai ao encontro do que defenderam os convidados da reunião, para quem o governo pretende desmontar o serviço público por meio de cortes, precarização e manipulação da opinião pública, usando a atual crise econômica para reduzir o Estado.



Torcedores e dirigentes do clube cearense durante a sessão especial

Senado homenageia centenário do Fortaleza Esporte Clube

Sessão especial do Senado comemorou ontem o centenário do Fortaleza Esporte Clube. Fundado em 18 de outubro de 1918, o time disputa a Série A do Campeonato Brasileiro de Futebol. A sessão foi convocada por Eduardo Girão (Podemos-CE), que foi presidente do clube entre junho e dezembro de 2017.

O atual presidente, Marcelo Paz, afirmou que o Fortaleza conquistou a Série B em 2018 e a Copa do Nordeste em 2019, ambos títulos inéditos. Fora de campo, o clube constrói um novo centro de

treinamento profissional e expande o quadro de sócios e a rede de lojas oficiais. O senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), que fez carreira no jornalismo esportivo, celebrou a data.

Para o presidente do Conselho Deliberativo do clube, Demétrius Coelho, o novo modelo de gestão possibilitou o sucesso das gestões recentes.

— As decisões eram tomadas por pouco mais de 100 pessoas. Hoje as eleições são diretas e todos os sócios adimplentes podem votar.



Leonardo Edde faz explanação em audiência comandada por Izalci (D)

Wellington Fagundes lembra professora mato-grossense

Wellington Fagundes (PL-MT) lembrou ontem em Plenário o trabalho da educadora mato-grossense Maria Ponce Müller, na semana em que se comemorou o Dia do Professor. Nascida em Cuiabá em 1898 e neta de Generoso Ponce, liderança política do estado, Maria Müller, como lembrou o senador, teve uma vida dedicada às salas de aula dos 16 aos 96 anos. Ela também fundou a primeira revista feminina do estado, *A Violeta*.



Roque de Sá/Agência Senado

Major Olimpio repudia fala de Doria contra policiais aposentados

Major Olimpio (PSL-SP) repudiou ontem, em Plenário, declarações do governador de São Paulo, João Doria, que, em Taubaté (SP), chamou de “vagabundos” policiais militares aposentados e seus familiares que protestavam contra o governo estadual. Doria disse que a manifestação teria sido organizada pelo senador. Major Olímpio negou a acusação e acrescentou que o governador tem “personalidade doentia” e “não suporta ser contrariado”.



Pedro França/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Dia do Médico

10h Comemoração do Dia do Médico.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Davi discute agenda pós-previdência com Guedes

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, participaram do encontro com o ministro da Economia. Reformas administrativa e tributária estiveram em pauta

A AGENDA DO governo após a aprovação da reforma da Previdência foi tema de uma reunião ontem entre os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Rodrigo Maia, com o ministro da Economia, Paulo Guedes. O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), também participou do encontro. Ele adiantou que as reformas tributária e administrativa e a chamada regra de ouro compõem a “agenda pós-reforma da Previdência”.

— Segunda-feira vai ter uma outra reunião, quando vamos conhecer no detalhe os textos. Na quarta-feira, após a votação da reforma da Previdência, o governo vai apresentar a sua agenda. Agenda que passa pela regra de ouro, pela reforma administrativa e uma série de outras questões que serão colocadas pelo ministro.

A regra de ouro é um dispositivo da Constituição que proíbe a União de realizar operações de crédito acima das despesas de capital (obras e investimentos) do Orçamen-



A regra de ouro para operações de crédito será discutida, diz Bezerra

to anual. Isso significa que o governo não pode contrair dívidas para pagar despesas correntes (para manutenção da máquina pública). Essa regra pode ser contornada com autorização do Congresso, o que ocorreu em junho.

De acordo com Rodrigo Maia, as propostas devem ser encaminhadas nas próximas semanas ao Congresso.

— A reforma administrativa, tributária, não tem ordem. Todas são relevantes. Uma engrenagem encaixa na outra. Não tem solução resolver a administrativa sem resolver o caos tributário. Precisa de so-

lução para tudo. A gente espera que a Câmara e o Senado em conjunto possam colaborar com essa pauta de reestruturação do Estado brasileiro.

Bezerra disse que Davi e Maia vão continuar a discutir no fim de semana. Segundo ele, será possível definir encaminhamentos na segunda-feira, quando todas as questões e todas as propostas forem conhecidas “no detalhe”.

— Teremos muito trabalho daqui até o final do período legislativo. A expectativa é que a gente possa avançar na questão da regra de ouro e na reforma administrativa.

Executivo encaminha 18 alterações no Orçamento

O Poder Executivo enviou ao Congresso, na terça-feira, 18 projetos de lei com alterações orçamentárias para este ano. A data era o prazo final para apresentação desse tipo de proposta. Antes, no dia 9, o governo enviou projeto prorrogando o prazo para 14 de novembro (PLN 27/2019), devido ao leilão do pré-sal

em 6 de novembro, que pode influenciar o valor repassado a estados e municípios.

Entre os projetos, está o PLN 45/2019, que abre crédito especial de R\$ 34,62 bilhões para o Ministério de Minas e Energia compensar a Petrobras por cessão onerosa e viabilizar o leilão. Outro pedido de crédito especial, o PLN 44/2019 remaneja

R\$ 36,9 milhões dos recursos da educação e da saúde. Quatro projetos envolvem créditos suplementares no valor total de R\$ 4,08 bilhões para diferentes órgãos. Outros nove propostas somam o total de R\$ 1,45 bilhão para despesas sem dotação orçamentária específica. Os outros três projetos tratam de investimentos de estatais.

Debatedores pedem que PEC Paralela amenize reforma

A reforma da Previdência traz grandes prejuízos aos trabalhadores e se não for possível sanar todas as injustiças ainda na votação em segundo turno, em Plenário, é preciso ampliar e aprofundar o texto da PEC Paralela (PEC 133/2019) em busca de correções e amenizações. Esse foi o consenso entre os participantes da audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), quando estudiosos e representantes de várias categorias de trabalhadores defenderam alterações em pontos do texto complementar e na própria reforma (PEC 6/2019).

A PEC Paralela concentra sugestões de mudanças do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), ao texto da reforma que veio da Câmara. Até agora foram propostas 168 emendas. Tasso deve apresentar relatório à CCJ na próxima semana. Já a PEC 6/2019 deve ser aprovada em segundo turno até 22 de outubro.

— Sugiro aprofundar o exame do assunto na própria PEC 6, agora em segundo turno, para que sejam acatados os destaques para reduzir os danos — defendeu consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos.

O fim da aposentadoria especial por periculosidade,

que atinge vigilantes e guardas municipais, foi criticado pelo deputado distrital Chico Vigilante (PT) e por representantes desses trabalhadores. Eles pediram a aprovação, na PEC Paralela, de uma emenda supressiva.

— É possível um vigilante trabalhar com 65 anos de idade? Vamos refletir, numa guarnição do carro-forte, um homem com 65 anos vai estar com a escopeta numa mão e a bengala na outra — disse Chico Vigilante.

Da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital, Celso Malhani de Souza disse que é importante aprovar uma alteração que garanta a autonomia das unidades da Federação para estabelecer as próprias regras previdenciárias, sob risco de quebra do pacto federativo.

Souza criticou ainda a contribuição extraordinária para servidores públicos federais que poderá ser aplicada para aliviar o déficit nas contas da Previdência. No texto, não há uma definição sobre os percentuais máximos a ser cobrados. Com alíquotas previdenciárias que chegam a 22%, segundo a PEC 6, mais Imposto de Renda de 27%, na opinião de Souza, o Estado estará cometendo confisco.



Paulo Paim e Chico Vigilante ouvem Larissa Benevides em debate

Alvaro: decisão contra prisão em 2ª instância pode causar revolta

Alvaro Dias (Podemos-PR) afirmou ontem que há possibilidade de uma revolta popular caso o Supremo decida contra a prisão após a sentença em segunda instância. O senador se referiu à mensagem do general Villas Bôas, ex-comandante do Exército, que fala do risco de convulsão social se o país abandonar o combate à corrupção.

Alvaro classificou de “espantosa” a incoerência de ministros quanto ao tema, pois no passado faziam uma defesa da prisão em segunda instância e agora mostram veemência contra ela.



Pedro França/Agência Senado

Juíza Selma diz que STF precisa garantir segurança jurídica

Juíza Selma (Podemos-MT) defendeu ontem que o Supremo mantenha o entendimento para permitir a prisão de condenados em segunda instância. Para a senadora, é preciso garantir segurança jurídica e avançar na aplicação de medidas de combate à corrupção. A Corte iniciou ontem o julgamento de três ações que discutem a legalidade da medida.

Para ela, não se pode comprometer o combate à corrupção revertendo a decisão com a justificativa de que seria para coibir os abusos da Lava Jato.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Girão afirma que novo entendimento deve enfraquecer Lava Jato

Eduardo Girão (Podemos-CE) voltou a chamar a atenção ontem para as consequências de uma decisão do Supremo contra o início do cumprimento provisório da pena, logo após decisão em segunda instância.

Além de enfraquecer a Lava Jato, uma mudança no entendimento atual favorecerá não apenas 38 condenados pela operação, mas também sequestradores, estupradores, traficantes e assassinos

— Quem é que vai investir aqui, se não considera o Brasil um país sério, em que a Justiça protege corruptos?



Roque de Sá/Agência Senado

Para Jean Paul, reforma aumenta desigualdade social

Jean Paul Prates (PT-RN) voltou a criticar ontem o texto da reforma da Previdência (PEC 6/2019), que será votado em segundo turno até a semana que vem. Para ele, a proposta coloca a responsabilidade pelo reequilíbrio das contas públicas do Brasil nas “costas de quem menos tem condições e menos merece pagar a fatura”.



Roque de Sá/Agência Senado

Paim anuncia debates antes da votação em segundo turno

Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem a realização de mais duas audiências públicas para discutir a reforma da Previdência (PEC 6/2019). Os debates ocorrerão na segunda-feira e na terça pela manhã, já que à tarde está marcada a votação em segundo turno pelo Plenário. O senador, garantiu que o “jogo ainda não terminou” e é importante que os senadores compreendam que esta é “a reforma da Previdência mais cruel de todos os tempos”.

Paim destacou que em debate quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), especialistas argumentaram que os cálculos do déficit basearam-se em números manipulados.

Governo contribui para a pobreza, afirma Humberto

Humberto Costa (PT-PE) lembrou o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, comemorado ontem. Ele classificou de vergonhosos os dados relativos à miséria no país e destacou que a fome voltou a fazer parte da realidade do Brasil. Para Humberto, o governo tem contribuído para piorar a situação do povo brasileiro.

O senador mencionou dados do IBGE segundo os quais o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo. O desemprego e a redução de programas sociais, como o Bolsa Família, têm empurrado milhões de cidadãos para a miséria, disse Humberto.



Roque de Sá/Agência Senado

Pauta amazônica precisa de debate, diz Marcos Rogério

Marcos Rogério (DEM-RO) disse ontem que a solução para os problemas da Amazônia Legal depende de um debate honesto, que leve em consideração as peculiaridades da região e os anseios de quem vive lá. Ele citou alguns "gargalos", como falta de saneamento básico, internet lenta e instável, obrigatoriedade de preservar a vegetação nativa em 80% das propriedades rurais, infraestrutura de transporte deficiente e impostos elevados.

Para ele, isso onera o setor produtivo e reduz a qualidade de vida de quem vive na Amazônia Legal.



Roque de Sá/Agência Senado

Marcio Bittar critica silêncio sobre óleo na Região Nordeste

Marcio Bittar (MDB-AC) questionou ontem a falta de comoção social em torno das manchas de petróleo que têm contaminado o litoral do Nordeste. Ele disse que o problema é ambiental, da mesma forma que as queimadas na Amazônia. Entretanto, na opinião do senador, é nítida a falta de interesse internacional para ajudar o Brasil a solucionar o problema. Para Bittar, esse cenário só comprova sua tese de que as ONGs e a Europa não estão preocupadas com a Floresta Amazônica por causa do meio ambiente, e sim por causa de petróleo, gás e minério encontrados embaixo dela.



Pedro Franco/Agência Senado



Fabiano Contarato (3º à esq.) comanda audiência pública com especialistas sobre o derramamento

Debate: óleo no Nordeste pode ser atribuído à União

Especialistas apontaram que o governo pode ser considerado um poluidor indireto no caso da contaminação do mar e das praias por não tomar as medidas preventivas e de proteção da costa

O GOVERNO FEDERAL pode ser responsabilizado pelo óleo que contamina o mar e as praias do Nordeste. Esse é o entendimento do Ministério Público Federal (MPF), de organizações civis e de especialistas que participaram ontem de audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), criticou a falta de informações do governo federal.

— Não estamos seguros de que todas as medidas foram tomadas tempestivamente.

Apesar de as circunstâncias do vazamento de petróleo na costa brasileira ainda não estarem esclarecidas, participantes do debate consideram que a União está se omitindo de adotar providências para minorar os danos ambientais.

O procurador federal Victor Mariz afirmou que municípios, estados e União também podem ser responsabilizados pela tragédia ambiental. Na avaliação dele, as medidas preventivas foram insuficientes para evitar o problema, e o Estado não foi eficiente em monitorar o óleo antes de chegar à costa. Mariz coordena a investigação do caso pelo MPF.

De acordo com a especialista em direito marítimo Carina de Oliveira, da Universidade de Brasília, o Plano Nacional de Contingência (PNC) prevê a centralidade do governo federal nos incidentes de poluição por óleo.

A representante do Ministério de Minas e Energia, Marisa Barros, afirmou que um grupo de acompanhamento está avaliando o incidente,

como determina o PNC. O presidente do Ibama, Eduardo Bim, reforçou que é importante descobrir a origem do óleo para evitar novos danos, mas que a prioridade é a emergência ambiental. O almirante Alexandre Rabello de Faria, chefe do Comando de Operações Navais da Marinha, destacou que várias hipóteses estão sendo consideradas, como vazamentos, derramamento e naufrágios.

Da Associação dos Pescadores e Quilombolas da Bahia, Bartolomeu Dias disse que pessoas ligadas à pesca e ao turismo estão sem fonte de renda.

— De quem é a culpa não vem ao caso. O governo federal precisa urgentemente garantir ações de reparação e instituir um fundo de amparo para os pescadores.

Embaixada vai ajudar a investigar fuga de capital

Indicado para chefiar a embaixada do Brasil nas Bahamas, o diplomata Claudio Raja Gabaglia afirmou ontem que pretende colaborar com investigações sobre fuga de capitais conduzidas pelo Banco Central. Os brasileiros mantêm US\$ 40 bilhões (R\$ 166 bilhões) no país caribenho, que sofre sanções internacionais por ser um paraíso fiscal.

A indicação de Gabaglia foi aprovada após sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE) e agora segue para o Plenário.

— Estive na semana passada com técnicos do BC que estão mapeando essas remessas. Isso porque não existe uma explicação para tantos investimentos. O fato é que o sistema bancário das Bahamas permanece atraente, apesar das sanções. No fundo, isso é um alerta para nós. A embaixada tem como responsabilidade investigar e alertar. Em tudo que pudermos fazer, informaremos e alertaremos com dados que subsidiem o BC, buscando o interesse público — garantiu Gabaglia.



RÁPIDAS

COMISSÃO DEBATE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem um requerimento do senador Zequinha Marinho (PSC-PA) para que o colegiado debata o Programa Barão do Rio Branco. O projeto visa a integração da Calha Norte do Rio Amazonas com o restante do país para levar desenvolvimento à região.

APROVADA CRIAÇÃO DE GRUPO BRASIL-PAÍSES ÁRABES

A criação do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes também foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores. O relator foi Esperiandi Amin (PP-SC), que reforçou a relevância crescente das nações árabes para o nosso país. Segundo ele, os árabes são importantes parceiros comerciais do Brasil.

SENADORES VÃO ACOMPANHAR ELEIÇÕES ARGENTINAS

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Nelson Trad (PSD-MS), e os senadores Humberto Costa (PT-PE) e Chico Rodrigues (DEM-RR) vão acompanhar o processo eleitoral argentino, em 27 de outubro, quando serão eleitos um novo presidente da República e legisladores.

PORTAL SENADO NOTÍCIAS BATE RECORDE DE VIEWS

O Portal Senado Notícias atingiu a marca de 30 milhões de *pageviews* desde janeiro. Em 2018, foram, no total, 29,4 milhões. O recorde em um único dia foi batido em 10 de outubro: 386,7 mil usuários e 550 mil *pageviews*, quando foi aprovada em comissão a isenção de IR para aposentados.

Kajuru defende reforma tributária contra desigualdade

A crise econômica que o país atravessa afetou a renda, o que elevou o percentual de famílias entre as classes mais pobres, disse ontem Jorge Kajuru (Cidadania-GO). Para ele, é preciso uma reforma tributária para desonerar o consumo e diminuir a carga de impostos sobre a população de baixa renda. O senador citou dados divulgados pelo IBGE.

— A pesquisa nos ajuda a entender que há injustiça social na tributação. As famílias mais pobres destinam 93% de sua renda ao consumo. As mais ricas, 66%. Não podemos pensar em reforma tributária sem aspectos distributivos.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Izalci propõe excluir salário-educação do teto de gastos

Izalci Lucas (PSDB-DF) anunciou ontem a apresentação de proposta de emenda à Constituição para excluir a contribuição social do salário-educação da base de cálculo e dos limites do teto de gastos. O salário-educação, lembrou o senador, é uma contribuição de 2,5%, descontada das empresas vinculadas à Previdência Social, e é fonte adicional de recurso para educação básica.

— Reduzir a capacidade da União de aportar recursos para a educação é contribuir para o atraso das metas do Plano Nacional de Educação — disse Izalci, lembrando que o Brasil tem mais de 1 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola.

Heinze relata reunião sobre aeroporto no RS

Luis Carlos Heinze (PP-RS) registrou ontem audiência com o secretário Nacional da Aviação Civil, Ronei Saggiaro, na quarta-feira, para discutir a construção do aeroporto de Vila Oliva, em Caxias do Sul (RS). O senador informou que o termo de compromisso será assinado em dezembro e o governo federal vai liberar R\$ 189 milhões. Segundo Heinze, Vila Oliva pode receber cerca de 1 milhão de pessoas que descem hoje em Porto Alegre.

— Essa obra é importante para a Serra Gaúcha, que tem turismo, comércio, indústrias.



Roque de Sá/Agência Senado